



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 30 • 26/08 a 01/09/07 • ISSN1809-6182

Análise

06/08/2007 – Aspectos do Combate Transnacional ao Terrorismo Nuclearp.01

A designada “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear” acena, em meados de 2007, para o engajamento de governos sub-nacionais e de agentes do setor privado. Ainda é impreciso, entretanto, o impacto da ausência de coordenação política sobre a compleição e a consecução de metas e objetivos do projeto.

Resenha

30/08/2007 – Yahoo.com enfrenta processo por contravenção aos Direitos Humanosp.06

O portal Yahoo.com, um dos mais conhecidos e utilizados websites do mundo, está sendo processado em corte dos EUA por divulgar informações de seus usuários ao governo chinês. A acusação é de que essas informações levaram à prisão e conseqüentes maus tratos de três pessoas, que foram acusadas de disseminação de informações consideradas subversivas.

Aspectos do Combate Transnacional ao Terrorismo Nuclear

Análise
Segurança

Andre Klausing
06 de agosto de 2007

A designada “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear” acena, em meados de 2007, para o engajamento de governos sub-nacionais e de agentes do setor privado. Ainda é impreciso, entretanto, o impacto da ausência de coordenação política sobre a compleição e a consecução de metas e objetivos do projeto.

Designa-se “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear” (*Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism*) o projeto apresentado em 15 de julho de 2006, quando do encontro do Grupo dos Oito (G-8) em São Petersburgo, Rússia, pelos presidentes da Federação Russa, Vladimir Putin, e dos Estados Unidos da América (EUA), George W. Bush.

Desde então, os Estados-membros deste projeto encontraram-se em três ocasiões: em Rabat, Marrocos (30 e 31 de outubro de 2006), em Ancara, Turquia (12 e 13 de fevereiro de 2007), e em Astana, Cazaquistão (11 e 12 de junho de 2007).

Em análise anterior¹, abarcaram-se as metas e os objetivos² apresentados em

julho de 2006, assim como os pontos acordados em outubro deste mesmo ano.

Nesta ocasião, apresentou-se o argumento de que, a despeito de uma aparente consistência da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”, não há um consenso entre Moscou e Washington quanto à enumeração das ameaças nucleares à ordem internacional.

Em suma, Rússia e EUA justificam o projeto por meio do argumento de que uma ação terrorista empreendida com armas biológicas, químicas, nucleares e / ou radioativas é uma ameaça real para a qual os Estados se encontram pouco preparados. Entretanto, este consenso entre os governos russo e estadunidense é, em tese, abalado pela divergência entre as perspectivas de Putin e Bush a respeito do combate ao terrorismo.

Explica-se: em conformidade com a política de segurança nacional estadunidense pós-11 de setembro³, a

Combate ao Terrorismo Nuclear”.

¹ “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”, por Andre Klausing, de 06 de fevereiro de 2007.

² Aprimorar instrumentos e mecanismos de controle sobre os materiais nucleares e as substâncias radioativas; detectar e suprimir a circulação ilícita deste material; e instituir parâmetros para resposta a uma ação de terrorismo nuclear. Estabelecer mecanismos para a identificação de atividades de terrorismo nuclear; e constituir princípios legais para a repressão desta atividade terrorista são, também, objetivos da “Iniciativa Global para o

³ A política de segurança nacional estadunidense pós-11 de setembro de 2001 é desenvolvida no documento “*The National Security Strategy of the United States of America*”, de setembro de 2002 (NSS 2002).

identificação de “regimes hostis”⁴ perpassa qualquer ação de combate ao terrorismo endossada pelo governo deste Estado. Entretanto, a percepção de que regimes auxiliam o terrorismo internacional, sobretudo quando da discussão a respeito de Coreia do Norte, Irã e Síria, não encontra respaldo em Moscou.

Consolidou-se, assim, um cenário confuso para a implementação do projeto em questão. Trata-se de identificar agentes estatais que assessoram o terrorismo nuclear, em conformidade com a percepção estadunidense? Ou trata-se de apenas uma expressão (“regimes hostis”) que, acidentalmente, permitiu que surgissem dúvidas sobre a “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”?

Diante da ausência de uma argumentação por parte de Moscou e / ou Washington, com o intuito de esclarecer a questão, esperava-se que tal abordagem acontecesse em Rabat, em outubro de 2006.

No entanto, o primeiro encontro dos Estados-membros do projeto restringiu-se a estabelecer uma “Declaração de Princípios” (*Statement of Principles*). Delegou-se a um segundo encontro a constituição de uma agenda que abordasse a constituição dos meios necessários para a associação de todos os Estados ao projeto de combate global ao terrorismo nuclear. Agenda que abarcasse, portanto, a questão apresentada: a associação, ou não, do suporte ao terrorismo nuclear a atores estatais.

Neste quadro, apresentou-se a hipótese de que aparecia como possível, mas não certa, a transposição de certa tensão política para o encontro de 2007, uma vez que a dissensão entre Rússia e Estados

Unidos quanto aos “regimes hostis” associava-se, ao final de 2006, com a crise resultante do assassinato do ex-espião russo Alexander Litvinenko⁵.

Neste contexto, questionava-se um ponto básico para a coesão do projeto: a capacidade, sobretudo russa, de controlar o material nuclear doméstico e sobrepujar qualquer atividade ilícita doméstica.

Sumariamente, esperava-se que, ao prosseguir os encontros da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”, a Europa apontasse que o caráter não-realista do projeto apresentado por Putin e Bush, em 2006, ultrapassa a discussão sobre “regimes hostis”, recaindo sobre a incapacidade destes Estados em controlar o material nuclear e radioativo originado em seu próprio território.

Neste sentido, abordam-se, a seguir, os segundo e terceiro encontros dos Estados-membros do projeto em questão, apresentando-se os aspectos que caracterizam o combate ao terrorismo nuclear em meados de 2007.

Ancara, Turquia (fevereiro de 2007)

⁵ O assassinato do ex-espião russo Alexander Litvinenko, contaminado com a substância radioativa polônio 210, em Londres, no dia 23 de novembro de 2006, tem impulsionado países europeus a questionarem a capacidade técnica russa de controlar material nuclear e radioativo no interior de seu próprio território. A Alemanha, sobretudo, incitada pela considerável possibilidade de transporte ilícito de material radioativo através de seu território, nos meses precedentes a novembro de 2006, busca entender como este material atravessou a Europa. Em um ambiente de tensão, em que Litvinenko responsabilizou o serviço secreto russo e Putin por seu estado de saúde antes de morrer, a Rússia considera como desrespeitosas as suspeições alemãs. A chanceler Angela Merkel exigiu a cooperação russa nas investigações do assassinato do ex-espião e, principalmente, nas investigações do transporte ilícito de material radioativo.

⁴ São classificados como “hostis” regimes que, de alguma forma, auxiliam atividades terroristas. Este auxílio aconteceria, por exemplo, por meio do provimento de armas nucleares.

Quando do princípio de fevereiro de 2007, Rússia e EUA expressaram como objetivo do encontro a constituição de um “Plano de Trabalho” (*Plan of Work*) para implementação das metas e objetivos acordados em Rabat.

De fato, observa-se a consecução deste objetivo: Estados-membros, por meio da exposição de suas capacidades para o combate ao terrorismo nuclear, enumeram uma série de “*gaps* de capacidade” que demandariam maior desenvolvimento, sobretudo quanto à detecção de fluxos ilegais de material nuclear e de substâncias radioativas.

Como objetivo secundário ao apresentado acima, contudo, ainda relevante: a implementação de uma campanha com o intuito de aliciar novos membros; não se estabeleceu qualquer termo ou pré-condição para tal ampliação do projeto.

Quanto à questão da transposição da tensão política, característica do final de 2006, para o encontro de Ancara: em um exame superficial, não é possível identificar qualquer consequência direta. Ressalta-se, em contrapartida, um aspecto de relevância: quando da conclusão do encontro, em documento oficial, os Estados-membros afirmam encontrarem-se “satisfeitos por ações como o engajamento dos Estados já membros, e a intenção de expansão do projeto, não sofrerem a influência de qualquer divergência de caráter político.”.

Astana, Cazaquistão (junho de 2007)

Quando do encontro de Astana, em 11 e 12 de junho de 2007, trinta e oito Estados-membros, assim como a Agência Internacional de Energia Atômica (*International Atomic Energy Agency* – IAEA) e a União Européia (EU), como observadores, advogaram como principal objetivo a avaliação e a revisão do Plano de Trabalho constituído em Ancara.

Quando desta avaliação, Cazaquistão, Austrália e Japão apresentaram relevante desenvolvimento de estruturas internas de combate à não-proliferação de material nuclear e de substâncias radioativas.

Como objetivo secundário, contudo, de substancial relevância: ampliar as metas e os objetivos da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear” a governos locais dos Estados-membros, bem como a agentes do setor privado.

Ressalta-se que uma série de conferências quanto ao terrorismo nuclear aconteceram, de modo paralelo, ao encontro de Astana. Destaca-se a conferência de Miami, EUA, sob responsabilidade do FBI (*United States Federal Bureau of Investigation*), designada “*International Nuclear Terrorism Law Enforcement*”.

Este encontro, de junho de 2007, em teleconferência com o encontro dos Estados-membros em Astana, reuniu mais de quinhentos presentes oriundos dos governos de 20 destes Estados. Como aspectos importantes da conferência de Miami, destacam-se: a observação da necessidade preeminente de um combate transnacional ao terrorismo nuclear (em que se encontre presente, sobretudo, o setor privado), e a precisão da consecução de práticas de segurança conjuntas⁶, por meio de simulações entre os membros do projeto.⁷

⁶ Os designados “*tabletop and field exercises*” que objetivam o teste de capacidades e o desenvolvimento de conceitos operacionais.

⁷ “*As an extension of the priorities that you have heard about from others in this conference, I look for each GI activity to include at least one or more of the following elements. First, we should have at least more than one agency participating in each GI event. Secondly, we should strengthen our capacity to work together – to establish transnational capacity to combat transnational threats as opposed to only improving our own internal or domestic capacities. Finally, we need to practice – operations, information-sharing, communicating (which includes risk communications), the list goes on. Exercises are certainly an important forum to allow for practice and the co-chairs Russia and the United*

Este último aspecto endossado pelo encontro de Astana.

Por fim, quanto à transposição da tensão política⁸: trata-se de um contexto semelhante ao de Ancara; aparentemente, não há qualquer consequência direta e, ademais, o documento oficial de conclusão felicita o “proeminente desejo da comunidade internacional de combater o terrorismo nuclear e ampliar a capacidade de prevenção à aquisição de material nuclear e *know-how* por parte de terroristas, a despeito de qualquer dissensão de âmbito político.”.

Abordados os segundo e terceiro encontros da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”, é possível uma nova hipótese acerca das divergências políticas, atreladas à segurança internacional, entre os Estados-membros⁹, e a dinâmica do projeto em questão.

States' initiative to establish the GI Exercise Planning Group will include development of Global Initiative Planning Scenarios. We encourage all partners to participate in this important process. When exercises are neither feasible nor necessary, we should none-the-less improve our communications habits. Perhaps we should consider more as rule than exception the video feed between here and Kazakhstan conducted earlier this week.” Andrew Grant, Diretor do Departamento de Estado dos EUA, em 15 de junho de 2007.

⁸ Logicamente, em meados de 2007, a tensão política, atrelada à segurança internacional, não resulta, tão somente, da dissensão acerca de “regimes hostis” e do episódio Litvinenko. Necessita-se considerar, também, a dissensão, por exemplo, acerca da intenção estadunidense em instalar um sistema de defesa antimísseis.

⁹ Quando da conclusão do encontro de Astana, são membros da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”: Afeganistão, Albânia, Alemanha, Armênia, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Cabo Verde, Camboja, Canadá, Cazaquistão, Chile, Chipre, China, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Holanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Líbia, Lituânia, Macedônia, Madagascar, Marrocos, Noruega, Panamá, Paquistão, Polônia, Portugal, República da Coreia, República Tcheca, Reino Unido, Romênia, Rússia, Sérvia e Montenegro, Siri

A percepção primeira, presente nos documentos oficiais conclusivos dos encontros de Ancara e Astana, bem como no documento conclusivo da conferência de Miami¹⁰, impossibilita qualquer constatação da influência de divergências supostamente externas ao projeto em sua consecução.

Sempre presente nestes documentos, está, no entanto, o reconhecimento dos Estados de divergências políticas não explicitadas. Ora, se tais divergências existem, logicamente influenciam o projeto de um combate global ao terrorismo nuclear, a questão é: influenciam a ponto de identificar incoerências em tal iniciativa?

A percepção aqui esposada é que, em vista à não abordar tal questão, o contexto de crise na coordenação de políticas de segurança, sobretudo quanto à segurança nuclear, sofreu uma omissão, caracterizando-se como simples “divergência de caráter político”.

Tal omissão implica em não reconhecimento da influência e, em consequência, da possibilidade da identificação de incoerências; e é, sobretudo, uma solução de caráter paliativo.

Quando o projeto exigir a coordenação de estruturas internas de contra-terrorismo (principalmente quando da implementação dos “*tabletop and field exercises*”) a questão há de ser abordada, pois tal coordenação expõe as concepções nacionais quanto às ameaças a ordem internacional.

A discussão clara, por mais que complexa e longa, das divergências quanto a estas concepções constitui um passo

Lanka, Suécia, Suíça, Turquia, Turcomenistão, Ucrânia e Zâmbia. IAEA e UE, como observadores.

¹⁰ Argumenta-se, neste documento, que a interação entre Rússia e EUA, sobretudo no que concerne à “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”, representa um modelo de cooperação bilateral para todo o Sistema Internacional.

proeminente para a sólida transnacionalização da segurança nuclear e para o conseqüente sucesso da “Iniciativa Global para o Combate ao Terrorismo Nuclear”.

Referências

Documentos:

The NATIONAL Security Strategy of The United States of America (Setembro, 2002). Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>. Acesso em: 30 jul. 2007.

Sites:

Department of State - United States of America

<http://www.state.gov>

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de>

Kremlin

<http://www.kremlin.ru>

The White House

<http://www.whitehouse.gov>

Yahoo.com enfrenta processo por contravenção aos Direitos Humanos

Resenha
Segurança

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes
30 de agosto de 2007

O portal Yahoo.com, um dos mais conhecidos e utilizados *websites* do mundo, está sendo processado em corte dos EUA por divulgar informações de seus usuários ao governo chinês. A acusação é de que essas informações levaram à prisão e conseqüentes maus tratos de três pessoas, que foram acusadas de disseminação de informações consideradas subversivas.

Em abril de 2007, a *World Organization for Human Rights USA*, organização não governamental (ONG) estadunidense de direitos humanos, abriu um processo em corte federal no Estado da Califórnia, Estados Unidos, contra o portal Yahoo.com. A acusação é de que o portal teria colaborado com a prisão, maus tratos e possível tortura de três cidadãos chineses, em seu país.

Assim como todos os outros portais de busca, o Yahoo, para atuar na China, é obrigado a fazer uso de filtros, de maneira a bloquear *sites* e informações com tópicos que sejam considerados nocivos pelo governo chinês. A empresa também era obrigada, por leis locais, a colaborar com o governo e prover informações que fossem requisitadas.

Esta semana, o portal entrou com uma petição para que o processo fosse arquivado. A empresa em momento algum negou ter provido informações ao governo chinês, mas afirmou que este fato não teve um papel preponderante para o encarceramento das três pessoas, além de afirmar que seu funcionamento e suas políticas no país estão constrangidos por

leis locais.

O Yahoo também afirmou que, embora não concorde com a política chinesa de supressão de informações, esta questão não cabe ser discutida em um tribunal estadunidense, tendo em vista que este fato ocorreu através de uma subsidiária, a Yahoo Hong Kong Ltda., e está localizada em outro país, não podendo então ser responsabilizada localmente.

A República Popular da China é hoje, em números absolutos, o segundo maior usuário do mundo de Internet. O país tinha, em 2006, 123 milhões de usuários, o que torna controlar o fluxo de informações um enorme desafio. O governo chinês possui hoje uma das ferramentas de censura *on-line* mais avançadas do mundo. Cerca de 30.000 pessoas policiam a Internet, buscando *sites* que contenham informações consideradas sensíveis pelo governo.

As autoridades do país afirmam que tais medidas são necessárias, levando em consideração o tamanho de sua população e a diversidade étnica do país. Segundo o governo chinês, a forma como a Internet dissemina idéias e provoca polêmicas faria com que houvesse o risco de que ondas de

distúrbios e conflitos fossem gerados e espalhados virtualmente. Além do que, muita informação falsa e rumores, sem o devido controle, poderiam acabar gerando sérios danos ao país.

Compõe a ferramenta virtual de censura do governo chinês uma lista de *sites* que são automaticamente retirados do resultado de buscas em portais como Yahoo.com e Google.com. Um avançado sistema de detecção de termos proibidos também vasculha a rede, levantando informações acerca de possível material subversivo sendo disseminado.

O processo instaurado pela *World Organization for Human Rights USA* contra o Yahoo tem como base o Ato de Proteção à Vítimas de Tortura, aprovado pelo Congresso estadunidense, que garantiria o direito a qualquer vítima de tortura no mundo a buscar justiça em cortes nos EUA. A ONG, entrou com a ação em nome de três prisioneiros, Wang Xiao Ning, Yu Ling, e Shi Tao, que cumprem sentença de dez anos.

Wang Xiaoning e sua mulher, Yu Ling, foram acusados de “incitação para a subversão do poder do estado”, por terem divulgado pela rede material pró-democracia e incitando reformas no país. Já o jornalista Shi Tao foi acusado de expor segredos de estado, por ter divulgado livremente uma nota do partido comunista, que expunha os riscos de uma possível manifestação popular na comemoração dos 15 anos de aniversário do incidente na Praça da Paz Celestial.

Segundo a *World Organization for Human Rights USA*, os três prisioneiros haviam sido submetidos a tratamento desumano e maus tratos. Segundo a ONG, as informações providas pelo Yahoo foram fundamentais no encarceramento dos três, devendo então ser responsabilizado por tal ato.

Durante uma reunião de acionistas do Yahoo, em junho de 2007, foram propostas um conjunto de políticas a serem adotadas pelo Yahoo e em todas as suas filiais bem

como a criação de um comitê interno de direitos humanos. Estas propostas foram uma maneira que a empresa encontrou para enfrentar as duras críticas que vinham recebendo desde 2005 e que culminaram com o processo em abril deste ano. Entretanto, este pacote de medidas não foi aprovado pelos acionistas.

O portal Yahoo não é o único a sofrer pressões de organizações não governamentais de direitos humanos. Os portais Google, o portal de busca da Microsoft e Altavista são apenas alguns exemplos de empresas virtuais que atuam na China e sofrem pressões de várias entidades de direitos humanos do mundo, acusando-as de falta de ética empresarial. Em resposta, estas empresas afirmam que alguma informação é melhor do que nenhuma.

A China, como país soberano, tem pleno direito de legislar sobre sua população, bem como sobre as empresas que atuam em seu território. Levando isto em consideração, uma empresa que atue em um estado deve cumprir a legislação local, a parte das leis de seu país de origem. Este fato é um artifício comumente utilizado por empresas para reduzir seus custos, construindo fábricas em países com uma legislação trabalhista ou ambiental menos rígida.

O processo levantado contra o Yahoo faz parte de uma tendência que pode ser observada nos EUA de crítica à República Popular da China. Devido ao seu grande crescimento, a China vêm atraindo a atenção do mundo, o que expõe não só seus aspectos positivos como também seus defeitos.

A falta de uma política ambiental rigorosa fez com que o país ultrapassasse os EUA nos índices de poluição, tornando a China um novo alvo para ambientalistas do mundo inteiro.

No início do mês de agosto de 2007, oito deputados estadunidenses introduziram uma proposta de resolução ao congresso, pedindo o boicote dos EUA aos Jogos

Olímpicos de Beijing. Eles afirmavam que o governo de seu país não deveria colaborar com um regime autoritário e que viola os direitos humanos, entretanto, tal proposta não foi aprovada.

No mês de julho de 2007, o cineasta Steven Spielberg, um dos responsáveis pelo planejamento do show de abertura dos jogos, disse que se recusaria a continuar com seu trabalho caso o governo chinês não adotasse medidas satisfatórias quanto à questão no Sudão¹.

É difícil dizer até que ponto esta nova tendência terá peso na decisão da corte californiana. Não levando em consideração o ponto de vista da ética, o caso é que uma empresa dificilmente poderá ser responsabilizada por ações adotadas por uma filial, em outro país, com implicações para nacionais de outro país, sendo que esta filial não fez nada além de cumprir com a legislação local.

Segundo a ONG Anistia Internacional, cerca de 64 pessoas estão presas hoje na China por disseminação de idéias pela Internet. Embora possua uma formidável ferramenta de controle, o governo chinês terá grandes dificuldades em controlar as novas tendências de comunicação virtual, como serviços de mensagem instantânea, *blogs*, *podcasts*, e mesmo SMS por celular.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

CNN On-line

<http://www.cnn.com/>

¹ A China possui acordos de cooperação econômico com o governo sudanês, que por sua vez sofre acusações de genocídio no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Fox News

www.foxnews.com

The Houston Chronicle

<http://www.chron.com>

The CIA World Factbook

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausung; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>